

Demonstração do Fluxo de Caixa - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

1. Estrutura Institucional do IFSul

A origem da Instituição remete ao Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Pelotas (ETP), integrada à administração pública direta. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, suas atividades acadêmicas iniciaram em março de 1945. Pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a ETP foi transformada em autarquia, passando a fazer parte da administração pública federal indireta. Já em 1965, teve alterada sua denominação para Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). De acordo com a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que instituiu a transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, em 19 de janeiro de 1999 foi institucionalizado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Por último, surge a figura do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de ensino pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de dezembro de 2008, a partir da transformação do CEFET-RS.

O IFSul é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. A estrutura do IFSul está baseada na Reitoria e nos 12 campus que o integram: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Camaquã, Bagé, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Gravataí e Lajeado. Ainda conta com os Campus Avançados Jaguarão e Novo Hamburgo. Assim, 13 Unidades Gestoras (UG) compõem o Órgão IFSul, código 26436, tal qual discriminado no Quadro 01.

Quadro 01 – Unidades Gestoras do IFSul

Código da UG	Descrição
158126	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE (Reitoria)
151878	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA
151879	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS BAGE
151895	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/VISCONDE DA GRAÇA
151964	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/VENANCIO AIRES
154773	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/SANT.DO LIVRAMENTO
155143	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS GRAVATAI
155144	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS LAJEADO
155146	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS SAPIRANGA
158338	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO
158339	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS SAPUCAIA
158340	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS
158467	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PELOTAS

Fonte: Siafi, 2018.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSul são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao Instituto e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sendo compostas por:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

3. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFSul, tendo por base as opções e premissas do modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional do IFSul é o Real.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Variações Patrimoniais detalham os registros que causaram impactos na conta Caixa e equivalentes de caixa.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Variações Patrimoniais detalham as variações mais significativas relativas aos créditos e valores a curto prazo. O ajuste para perdas de créditos a curto prazo de folha de pagamento é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos.

(d) Estoques

Os estoques abrangem as mercadorias para revenda, matérias-primas e almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos não tributários, ajustes para perdas de créditos, investimentos e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial detalham as principais variações relativas aos Bens Móveis e Imóveis do IFSul.

(g) Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). No âmbito do IFSul, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais a respeito dos bens intangíveis.

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O valor depreciado dos bens imóveis do IFSul é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema Patrimonial Imobiliário da União (SPIUnet) e o método de cálculo para os bens móveis é o das quotas constantes. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais a respeito da depreciação/amortização dos bens móveis e imóveis e dos bens intangíveis do IFSul.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do IFSul são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais referentes aos Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo do IFSul.

4. Notas Explicativas as Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

Nesse fluxo são registrados todos os ingressos e desembolsos relacionados com a ação pública e demais fluxos, ou seja, relacionados com as atividades operacionais do Instituto, com exceção dos ingressos e desembolsos relativos a investimentos e financiamentos. Na comparação com o exercício de 2017, o Fluxo de Caixa das Atividades das Operações aumentou 24%.

Ingressos

Nesse item são registradas receitas decorrentes das atividades do Instituto, divididas em Receitas Derivadas e Originárias, Transferências Correntes Recebidas e Outros Ingressos das Operações. As Transferências Correntes Recebidas não apresentaram registros.

As Receitas Derivadas e Originárias referem-se as Receitas Patrimoniais, Receitas de Serviços e Outras Receitas Derivadas e Originárias. Já os Outros Ingressos das Operações são compostos pelos Ingressos Extra orçamentários, as Restituições a Pagar e as Transferências Financeiras Recebidas. Os ingressos registrados no exercício de 2018, R\$ 217.022.512,95, são, essencialmente decorrentes de Transferências Financeiras Recebidas, 99,93%, como os repasses da União. Em relação ao total dos ingressos referentes às atividades das operações, houve acréscimo de cerca de 10% em relação aos ingressos registrados no exercício de 2017.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

Desembolsos

Os desembolsos correspondem às Despesas Orçamentárias pagas de atividades operacionais do exercício e ao pagamento dos restos a pagar. Em 30/06/2018, do total dos desembolsos da entidade, R\$ 171.526.149,30, 80,85% referem-se a despesas com Pessoal e Demais Despesas.

As despesas com Pessoal referem-se aos pagamentos relativos a folha de pessoal e encargos sociais. Em Demais Despesas estão registrados os valores referentes às despesas de manutenção da entidade, como despesas com material de consumo, locação de mão-de-obra, diárias, auxílios financeiros a estudantes, dentre outras. Sendo assim, a maior parcela está concentrada na função Educação, 68,37%, os demais, 12,49% dos desembolsos com Pessoal e Demais Despesas referem-se a Previdência Social.

Há ainda valores registrados como Transferências Concedidas, referente a devolução dos recursos recebidos por transferências e os dispêndios extra orçamentários, como os referentes às retenções em folha. No exercício de 2018 houve acréscimo de 10,72% no total dos desembolsos em relação ao exercício de 2017. Verifica-se que tal acréscimo nos desembolsos acompanha o acréscimo de ingressos no período.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Nesse fluxo estão registrados os ingressos e desembolsos de recursos relacionados à aquisição de Ativo não circulante e outras operações relacionadas a investimentos.

Ingressos

Os ingressos referem-se a Operações de Crédito, Integralização do Capital Social de Empresas Estatais, Transferências de Capital Recebidas e Outros Ingressos de Financiamento. Devido à natureza das suas atividades, o Instituto Federal Sul-rio-grandense não apresentou ingressos de atividades de investimento no período.

Desembolsos

Os desembolsos referem-se a Aquisições de Ativo Não Circulante como bens móveis, obras e Instalações. Em Outros Desembolsos de Investimentos são considerados desembolsos para pagamento as despesas com outros serviços de terceiros, quando relacionadas a aquisição de um bem permanente, e os auxílios financeiros a pesquisadores, quando destinados a aquisição de bens permanentes. São consideradas as despesas pagas referentes ao exercício e ao pagamento de Restos a Pagar. Não foram registrados desembolsos no período.